

PARECER

Introdução

Solicitou-me o Diretor-Geral do Património Cultural, Eng. Bernardo Alabaça, a “emissão de parecer sobre a identificação e caracterização das estruturas arqueológicas descobertas na Sé de Lisboa, e que se encontram localizadas na área de intervenção cujos trabalhos de concretização do projeto de construção da cripta museológica foram, entretanto, suspensos” (mail de 9.11.2020).

Para além da consulta ao processo referente às várias intervenções realizadas no claustro da Sé, aguardei a produção de relatório sobre as escavações arqueológicas ainda em curso. Essa documentação só no final do passado mês de dezembro ficou disponível, razão pela qual só agora se envia o presente documento.

O parecer que agora se emite assenta em três pontos principais:

- A história do sítio arqueológico;
- As interpretações funcionais das recentes descobertas;
- Uma reflexão sobre os caminhos a tomar.

Foram tidos em conta aspetos que reputo de essenciais, tais como:

- a. A necessidade de concluir rapidamente este processo, possibilitando à tutela uma adequada tomada de decisão;
- b. A necessidade de resolver a embaraçosa situação que se vive, com uma indefinição que tem, a vários níveis, custos substanciais;

Contei para este fim com a necessária colaboração das arqueólogas responsáveis pela escavação na Sé (local que, em tempos recentes, visitei duas vezes) e a da estrutura dirigente da D.G.P.C.

Consultei ainda, para este efeito, os sete volumes referente ao processo das escavações [ref. S-3229 – cota antiga 82/1 (243)], que de seguida cito, sem ter a pretensão, ou a possibilidade, de ser exaustivo. Darei atenção aos materiais de época islâmica, aquela a que tenho dedicado os meus trabalhos e a que tem estado no centro de polémicas recentes.

1. O sítio arqueológico da Sé – arranque do processo

O processo das escavações arqueológicas na Sé de Lisboa foi espoletado, como é bem sabido, por um aluimento de terras ocorrido em janeiro de 1990 no claustro do monumento. Foi então revelada a existência de uma cisterna no canto sudeste daquele espaço (histórico na inf. 42/DA/92 de 24.7.1992, subscrita por Clementino Amaro).

Os trabalhos arqueológicos tiveram início quase de seguida (fevereiro de 1990). Ao fim de três campanhas de escavação a importância dos resultados era inegável:

- Vestígios do urbanismo romano, onde se destacava uma rua com o seu sistema de esgotos, ladeada por lojas;
- Um aterro com materiais orientalizantes (séculos VII-V a.C.), realidade então pouco conhecida no contexto da cidade.

Estava já então em cima da mesa a ideia de valorização do espaço arqueológico do espaço da Sé, que deveria vir a integrar a “Lisboa Capital Europeia da Cultura 1994”, através da integração dos achados no programa da “Lisboa Subterrânea”. Várias intervenções de conservação eram então apontadas, falando-se na “criação de um núcleo museológico, em cripta, na área do jardim” (inf. 42/DA/92 de 24.7.1992, já citada). A primeira divulgação científica do que se encontrara teve lugar nas 1^{as}. Jornadas de romanização dos estuários do Tejo e Sado (Seixal - 13 a 15.12.1991).

A complexidade dos trabalhos levou a que as estruturas não pudessem ser integradas na “Lisboa 94”. Em 22.9.1995, uma comunicação interna (n.º 864) de Fernando Real, Diretor do Departamento de Arqueologia do IPPAR, considerava “aconselhável lançar-se desde já um concurso para um projecto de recuperação do Claustro da Sé de Lisboa, que permita em tempo útil e até 1998, ter concluída a recuperação do imóvel”.

Duas informações, de ano de 1997, ambas assinadas por Alexandra Gaspar (83/DA/97 de 21.2.1997 e 116/DA/97 de 28.2.1997) referem o projeto de musealização, em fase de lançamento, bem como a necessidade de se alargarem os trabalhos de escavação, dando-se ao mesmo tempo a devida atenção aos processos de conservação.

A escavação seria, contudo, interrompida, o que deu origem a uma situação de grande embaraço envolvendo o IPA, o IPPAR e o Cabido da Sé (veja-se a notícia do “Público” de 24.10.1997, apensa ao processo acima citado).

Os relatórios referentes aos anos de 1990 a 1994 estão apenas ao processo, tendo sido formalmente entregues por Clementino Amaro em 18.2.1999. Ressalta, nesta documentação, o seguinte:

- No relatório de 1990/1994 surge a referência (no cap. 4.1.) a “muros islâmicos, de grande porte, que associámos à mesquita (...)”;
- Nesse mesmo relatório (cap. 4.2.3.) escreve-se “é a partir do alinhamento de Q.K este/oeste que surgem vestígios de uma grande estrutura, identificada, de forma já pacífica, como tendo pertencido à mesquita maior que existia no local onde veio a ser construída a Sé, a partir de 1147”;
- Ou ainda, de forma mais expressiva “o desenvolvimento da escavação para sul permitiu identificar um grande muro de alvenaria de pedra com a direção este/oeste e no qual se abre um compartimento em forma de nicho. Este é de planta rectangular e abobadado e com bancada de pedra, corrida nas três faces interiores (...). As paredes foram decoradas com bandas horizontais vermelhas e brancas. O tipo de construção em causa testemunha uma tradição do Oriente Mediterrânico, dos séculos X e XI”.

Esta estrutura foi construída sobre a cloaca romana. Foi aí que se escondeu “um tesouro constituído por centenas de moedas em prata e objectos de adorno em prata e prata dourada, envoltos num pano, nas vésperas da conquista da cidade em outubro de 1147. A presença de moedas cunhadas no ano imediatamente anterior reforça esta associação com o momento do assalto final à cidade”.

Nos anos seguintes os trabalhos arqueológicos continuaram:

- No relatório de 1995, há a referência a estruturas, pavimentos e telhados de época islâmica (p. 41);
- No relatório de 1996, é feita a menção a vestígios islâmicos, nomeadamente a já aludida estrutura abobadada (p. 13), onde tinha sido encontrada um tesouro de moedas da primeira metade do século XII (exposto primeiro na “Lisboa Subterrânea”, em 1994, e depois, em “Portugal Islâmico”, em 1998);
- No relatório de 1997 assinala-se uma vala islâmica (p. 17);
- No relatório de 1998 referem-se dispersamente materiais islâmicos, ao passo que no de 1999 se apresentam já ideias para o projeto de musealização.

Uma apreciação dos relatórios referentes aos trabalhos realizados entre 1990 e 1998 está devida e detalhadamente explanada na informação nº 219/IPA/99 de 24.3.1999, da autoria da arqueóloga Jacinta Bugalhão. Sensivelmente na mesma altura (of. 3493 de 19.3.1999), o subdiretor do IPA, António Monge Soares alerta o Presidente

do IPPAR, e no seguimento da Comissão de Avaliação do PNTA-99, para que “a breve trecho, seja publicado um trabalho científico substancial, de tal modo que a informação recolhida em anteriores escavações recolhida em anteriores escavações possa ser utilizada pela comunidade científica”.

O volume 4 referente a este processo contém um extenso documento (60 páginas) de classificação das moedas, assinado pelo numismata José Rodrigues Marinho.

O relatório de 2004, entregue em 2009, menciona muros islâmicos (p. 9 e 32), voltando a mesma referência a surgir no relatório de 2010/2011 (p. 11, 14, 17 e 25)

Infere-se, da consulta ao processo, um hiato no decurso das escavações que compreendeu os anos de 2005 a 2008.

Em conclusão, nos primeiros 20 anos de escavações arqueológicas na Sé não foi possível terminar as escavações, nem houve um projeto definido para a valorização das estruturas e de todo o conjunto de materiais que foram sendo exumados.

2. As escavações arqueológicas recentes

Musealização das estruturas arqueológicas do Claustro da Sé de Lisboa e instalação do núcleo museológico – proposta de valorização e programa de intervenção é o título de um documento apresentado por Alexandra Gaspar e por Ana Gomes. O projeto não está datado, mas, pela sua leitura, parte-se do princípio que terá sido redigido na primavera de 2009. A decisão de valorização das ruínas (reunião de 20.1.2009) e a criação de um grupo de trabalho (que reuniu a 19.2.2009) apontavam para a criação de um núcleo museológico. Definiam-se como objetivos:

- A reposição da leitura do claustro;
- A musealização das estruturas em cripta;
- A instalação de um núcleo museológico.

Afirmava-se então que o jardim do claustro da Sé de Lisboa estava “praticamente todo escavado”. Cito desse documento, e reportando-me apenas aos vestígios de época islâmica:

“Em época islâmica foi possível fazer uma leitura das ocupações diferenciadas destas duas plataformas. Na plataforma localizada mais a Norte foram identificadas estruturas habitacionais tendo sido postas a descoberto muros, pavimentos e fossas detriticas. A Sul foi identificado um edifício público do qual se conservam três grandes

muros com rebocos formando bandas brancas e vermelhas e um compartimento abobadado. Embora tradicionalmente se proponha a localização da mesquita maior sob a catedral, os dados actualmente disponíveis apenas nos permitem afirmar que estamos perante um edifício público” (sublinhado meu), escrevendo-se ainda “os elementos que dispomos actualmente não são suficientes para afirmar que estamos perante estruturas deste edifício religioso [mesquita]”. Convirá, contudo, e na minha opinião, sublinhar que o dado mais relevante no que se refere a estas estruturas é a imponência da estrutura em si, mais do que a sua eventual função.

Delineavam-se circuitos e definia-se o que devia ser valorizado. Sublinhava-se, uma vez mais, a “raridade e importância do ponto de vista científico”, o tesouro de moedas islâmicas.

Previa-se, então, a realização de duas fases de trabalhos arqueológicos, dizendo-se, em concreto, que deveria ser feita a “escavação de todas as áreas necessárias para implementação do projeto de arquitectura”. Quanto a este último, deveria ser direccionado para “a criação da cripta, do núcleo museológico, desenho de vitrines, dos circuitos de circulação”. Os prazos eram curtos. Todo o programa deveria ser concretizado entre setembro de 2009 e dezembro de 2011.

As escavações de 2010 e de 2011 foram concretizadas, tendo a os respetivos relatórios tido parecer favorável condicionado [ofº S-2013/328516 (C.S.: 909366) da D.G.P.C. de 13.12.2013].

Do ponto de vista informativo há, depois, novo hiato nos dossiês entre 2012 e 2018, no que à arqueologia diz respeito. Com o arranque das obras na Sé, e na sequência do projeto do arq. Adalberto Dias, sucedem-se as notas técnicas (a 1ª. data de setembro de 2018, a 13ª. de setembro de 2020).

O 2º. relatório de progresso entregue à DGPC no passado dia 23 de dezembro sintetiza a parte mais importante das recentes intervenções, avançando propostas e conclusões. Dá conta dos trabalhos iniciados em 2018 e que se têm prolongado até à atualidade. Sublinha-se que entre março e outubro de 2019 se realizaram apenas pequenas intervenções de apoio à obra. Refere-se no mesmo relatório (p. 17) que se procedeu à “escavação dos níveis de destruição do edifício islâmico e do edifício público islâmico [sic] que se desenvolve numa plataforma inferior ao edifício público já identificado, isto é, num novo piso”, sublinhando-se o bom estado de preservação das estruturas, que chegam a atingir 4,70 metros de altura.

São, em síntese, identificados os seguintes espaços referentes à ocupação islâmica (fig. 9 do relatório):

Compartimento 1:

Zona de acesso ao compartimento 5, “podendo corresponder a uma átrio de acesso ao interior do espaço do complexo da mesquita”.

Compartimento 2:

Funcionalidade desconhecida.

Compartimento 3:

“Este compartimento corresponde ao minarete da mesquita. Foi identificado o seu piso inferior, ao qual se acedia por um corredor e uma escada de acesso ao nível superior”. Aponta-se uma dimensão para este espaço com 4,20 m. x 7,80 m..

Compartimento 4:

“Esta área corresponde à rua sul de acesso ao complexo sul da mesquita. Localiza-se ao longo do grande muro de limite do complexo da mesquita a sul (UE 1648)”. Esta estrutura tem dimensões consideráveis: “trata-se de um muro com 13,5 m. de comprimento que atinge os 2,50 m. de altura na sua metade leste”. Ali se localizou, no interior de um algeroz, “uma falcata em muito bom estado e da qual se conserva[m] a lâmina, o punho e, ainda, a bainha em madeira, assim como alguns elementos de preensão da mesma, em liga de cobre”.

Compartimento 5:

“Permitia possivelmente o acesso à área de oração que se localizaria mais a oeste, na zona onde hoje se localiza a capela-mor”.

Compartimento 6:

“Este compartimento corresponde ao vestiário dos banhos da mesquita (*hammam*), cujos restantes compartimentos deste edifício se desenvolvem aparentemente para leste, provavelmente até ao limite da rua”.

Compartimento 7:

De funções ainda indefinidas, “poderia corresponder a um átrio donde se podia aceder ao compartimento 8 e daí ao vestiário e ao minarete”.

Compartimento 8:

“Este compartimento permitia acesso aos vestiários do *hammam* e ao minarete”.

Compartimento 9:

“Este compartimento é contíguo ao vestiário podendo eventualmente estar associado ao *hammam*. No entanto, a sua destruição pelo aterro do século XIV não permite confirmar esta funcionalidade”.

Chegados a este ponto (com obra a decorrer e com as escavações ainda em curso), o caminho torna-se mais difícil. O 2º. relatório de progresso aponta várias interpretações concretas para os vários conjuntos de estruturas que a escavação identificou (páginas 113 a 117):

- A localização da mesquita, apontada como certa e a que corresponderia, de acordo com a tradição historiográfica uma mesquita califal. No entanto, as arqueólogas rejeitam tal cronologia (por “ausência de vestígios compatíveis com uma mesquita do séc. X” – página 114), adiantando que “apenas agora sob a ala sul do claustro se identificaram os novos vestígios que permitiram afinar a cronologia destas estruturas”;
- A orientação do edifício, 180° SE, o que é compatível com a orientação praticada nas mesquitas andaluzas;
- A presença de um minarete, identificado como uma estrutura retangular, medindo 7,8 m. por 4,2 m.

Avançava-se assim um pouco mais em relação a uma conclusão apresentada anteriormente, pelas arqueólogas responsáveis pela escavação: “as características deste edifício fazem-nos propor que se trate de um edifício público, provavelmente com dois andares. Se associarmos a este edifício os dados das fontes escritas, nomeadamente da Crónica de Osberno, poderíamos estar, de facto, perante vestígios da mesquita maior da cidade que se desenvolveria sob a actual catedral. Este edifício, localizado no claustro, poderia corresponder a uma área funcional da mesquita (pátio?). No entanto, embora se possa pôr esta hipótese interpretativa, faltam algumas evidências arqueológicas que permitiriam sermos mais afirmativos. O corte topográfico realizado permitiu verificar que as cotas de funcionamento deste edifício são coincidentes com cotas da actual Rua Cruzes da Sé, permitindo propor que o mesmo, totalmente virado a sul, tivesse uma relação direta com um arruamento localizado a sul”¹.

¹ Gaspar, 2016: 121

3. Interpretações funcionais

A identificação das estruturas com o espaço de uma mesquita acabou por ganhar uma inesperada e um tanto arriscada “centralidade”. Ao atribuir-se um valor “totémico” ao achado, a não validação da interpretação (estruturas ≠ mesquita) poderia, no limite, conduzir a uma proposta de eliminação das estruturas, despidas da sua carga simbólica.

A verdade é que só de forma relativamente recente se coloca uma carga enfática tão decisiva na identificação taxativa dos achados como sendo parte de uma mesquita, com a referência concreta a um alminar.

Conviria, neste ponto, clarificar que, independentemente da identificação/atribuição de funções a cada uma das estruturas, ou conjuntos de estruturas que se identificaram, o que, em meu entender, é relevante é o papel que os achados têm, do ponto de vista patrimonial e enquanto peças decisivas – que o são – para o conhecimento da história da cidade de Lisboa.

3.1. A “mesquita” da sé

A identificação, feita *a posteriori*, do espaço de uma mesquita enfrenta naturais limitações e dificuldades, desde que os elementos em presença não comprovem essa realidade de forma taxativa. O estudo mais completo e abrangente sobre Lisboa neste período, de Manuel Fialho Silva, assume, a partir dos dados históricos e das evidências arqueológicas, que a zona do claustro corresponde a “estruturas anexas à mesquita”².

Tal como na maior parte dos sítios que conhecemos, as antigas mesquitas terão dado lugar às novas igrejas. Nos espaços urbanos, esse é um dado relevante e sempre repetido. Foi um processo que se iniciou logo a seguir à Reconquista e que teve em Mértola a única, e bem conhecida e explicada, exceção. Para a generalidade dos espaços urbanos impera o princípio de substituição das mesquitas por novas igrejas. De que elementos dispomos para a identificação de uma mesquita e que poderemos invocar num sítio como o da Sé de Lisboa?

- A epigrafia

É facto pouco comum fora dos grandes centros urbanos andaluzes (Sevilha ou Córdoba), que se assinalem com inscrições as obras nas mesquitas. Temos, em Portugal, apenas o exemplo do *alminar* de Moura, comemorado por lápide

² Silva, 2017: 102-103

mandada inscrever por Almutâdide, senhor de Sevilha³. No caso da mesquita de Lisboa, não se encontrou, até à data, qualquer lápide relacionada com a realização de obras no templo muçulmano;

- A documentação escrita ou iconográfica

Em locais onde a mesquita já desapareceu de todo, a sua presença é, por vezes, mencionada na documentação escrita (como nas descrições das Visitações da Ordem de Santiago feitas para Mértola, ou nos textos referentes às mesquitas das Mourarias de Moura ou de Lisboa). Não temos nada de semelhante para a cidade de Lisboa anterior à Reconquista, o que dificulta propostas precisas de localização.

- A orientação do edifício

Não é o dado mais importante, tendo em conta a variação, em termos de graus, das *qiblas* peninsulares. Em todo o caso, a orientação do muro que se identifica como espaço delimitador da mesquita corresponde, em termos canónicos, ao de um espaço religioso;

- Os espaços da mesquita

Os espaços identificáveis numa mesquita andaluza são, sumariamente, o espaço da sala de orações, o *mihrab*, o pátio e o alminar. Nenhum dos três primeiros pode ser identificado na escavação realizada. Fica, como derradeira hipótese, o alminar, estrutura que, nos relatórios de escavação se associa a umas escadas e que tem sido, sistematicamente, apresentada como a grande prova de estarmos no espaço de uma mesquita. Situa-se tal estrutura no intradorso do muro sul (a hipotética *qibla*) da mesquita.

Vale, pois a pena, discutir com mais detalhe esta hipótese, para aferirmos a possibilidade de estarmos ante a mesquita e perante vestígios físicos do alminar.

A verdade é que não temos evidências da presença de tais estruturas no interior do muro da *qibla*. As únicas exceções parecem ser Tinmal (Marrocos), Sidi Ramdan (Argel, Argélia) e Dawud (Salé, Marrocos), mas nesses casos o alminar situa-se sobre o *mihrab*⁴ e a estrutura demarca-se claramente no extradorso da mesquita. Nas outras mesquitas marroquinas, e com exceção dos exemplos acima mencionados, o alminar não se localiza no muro da *qibla*⁵.

³ Labarta, 1987: 413

⁴ Pavón Maldonado, 2009: 53

⁵ El-Khammar, 2005: illustrations, *passim*

De resto, e se nos cingirmos às mesquitas peninsulares, todos os alminares se situam noutros muros do espaço religioso, com destaque para o pátio (no seu muro norte, designadamente)⁶. Podem estar no intradorso ou no extradorso, de forma mais ou menos destacada, mas sempre identificável. Não se conhece qualquer alteração sensível a este padrão, e nada aponta para qualquer especificidade em época almorávida, mesmo que se parta do princípio que é essa a cronologia das estruturas identificadas na Sé de Lisboa. Vejam-se alguns exemplos:

Almonaster – alminar isolado, na zona oposta à qibla⁷

Archidona – na esquina noroeste⁸

Córdoba (aljama) – no muro oposto à qibla⁹

Córdoba (Santa Clara) – no muro norte¹⁰

Jerez de la Frontera (alcáçova) – no ângulo noroeste¹¹

Mértola – no muro oposto à qibla, em frente ao mihrab¹², como na mesquita Hassan, em Rabat

Niebla – no muro oposto à qibla¹³

Etc.

Ou seja, dificilmente estaremos na presença de um alminar.

É perfeitamente admissível, contudo, a presença de estruturas de banhos, junto a mesquitas¹⁴, como no caso da aljama de Granada¹⁵ na alcáçova de Jerez de la Frontera. A sua proximidade topográfica, a despeito das interpretações que se possam avançar (não é claro que haja uma conexão funcional direta entre mesquitas e banhos), parece ter sido um facto¹⁶.

Ou seja, estamos decerto numa zona anexa da mesquita (continuando a admitir que a sala de orações esteja debaixo da atual igreja), próxima do espaço religioso e em ligação com o mesmo. Como afirma Manuel Silva “este edifício público parece então poder corresponder não à mesquita, mas sim a uma área funcional, talvez um pátio ou

⁶ Pavón Maldonado, 2009: 52

⁷ Pavón Maldonado, 2009: 741 (fig. 33.2)

⁸ Pavón Maldonado, 2009: 700 e 704 (fig. 15.1)

⁹ Pavón Maldonado, 2009: 245 (fig. 3)

¹⁰ Caballero Zoreda, 2007 : 54 e anexo 3, planta 01

¹¹ Pavón Maldonado, 2009: 700 e 751 (fig. 39.1)

¹² Macias, 2005: 140 (II.116) e 152 (II.135)

¹³ Pavón Maldonado, 2009: 743 (fig. 35.2)

¹⁴ Arancibia Román, 2013: 149-150 e 152-153

¹⁵ Fournier, 2016: 104

¹⁶ Fournier, 2016: 235-242

um espaço de abluções adjacente à mesma”¹⁷. A sua datação poderá, como o mesmo sugere, situar-se em meados do século XI, ou ser mesmo um pouco posterior. Não é, contudo, essa questão um dado relevante no contexto do presente parecer.

Em conclusão, estamos perante estruturas de inegável importância da Lisboa islâmica, independentemente da função específica que tiveram.

3.2. A rua

As escavações identificaram um espaço, inicialmente identificado como compartimento 4, e que depois se definiu como rua. Diz o relatório do passado mês de dezembro (páginas 35 e 36): “Esta área corresponde à rua sul de acesso ao complexo sul da mesquita. Localiza-se ao longo do grande muro de limite do complexo da mesquita a sul (UE 1648)”. Esta estrutura tem dimensões consideráveis: “trata-se de um muro com 13,5 m. de comprimento que atinge os 2,50 m. de altura na sua metade leste”. Ali se localizou, no interior de um algeroz, “uma falcata em muito bom estado e da qual se conserva[m] a lâmina, o punho e, ainda, a bainha em madeira, assim como alguns elementos de prensão da mesma, em liga de cobre”.

A descrição do muro contém dados que me parecem relevantes: “apresenta as técnicas construtivas registadas no edifício com as paredes rebocadas a branco; sobre este reboco são visíveis vários grafitos” (página 35). Se a presença de uma rua, e de um muro delimitador de grandes dimensões, por si só já era um dado relevante, os elementos adicionais que são aduzidos tornam este espaço particularmente relevante. Na verdade, estamos ante um impressionante conjunto de grafitos com traços verticais, cortados por outros horizontais, numa representação que se repete muitas vezes ao longo do muro. Ficamos com a ideia que se trata de um muito rudimentar sistema de “contabilidade”, em que se faria o registo e a contabilização de algo transacionado. Não é improvável seja o testemunho de uma qualquer atividade comercial, bastante comum nas imediações das mesquitas. O tratado de Ibn Abdun, escrito no início do século XII, dedica especial atenção ao comércio feito em torno dos espaços religiosos, criando normas precisas para os negócios¹⁸. Sublinhamos que uma zona comercial a sul da mesquita não me parece incompatível com a existência de outra área dedicada à mesma

¹⁷ Silva, 2017: 117

¹⁸ Lévi-Provençal, 2001: 47-49

atividade, situada entre a catedral e a Porta do Ferro, tal como se aponta para o período pós-Reconquista¹⁹.

4. Polémica e consequências

No final do verão de 2020, foram surgindo notícias sobre a iminente destruição de vestígios arqueológicos na Sé de Lisboa. À notável complexidade de todo este processo vinha, assim, juntar-se um fator emocional. A continuidade da obra era, nos termos previstos, posta em causa.

No início de outono, a Academia envolvia-se diretamente neste processo.

No dia 2 de outubro, saiu no “Público” um importante artigo do Professor Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa) intitulado “Porquê a mesquita (da sé)”. Destaco as seguintes passagens:

“Por isso, quando há poucos anos finalmente surgiu um projecto de musealização e a vontade e os meios para o executar, por parte do Patriarcado e do Cabido da Sé de Lisboa, os donos da obra, assim como da DGPC, pareceu-me, como a outros lisboetas interessados (e o meu interesse era também profissional, sendo a História e, em particular, a medieval, há décadas, o meu ofício) que se fazia o que já deveria ter sido feito. A suposição esperançosa era, claro, que o projecto acautelaria as preexistências e teria por certo que queria musealizar (...) os vestígios de várias épocas; enfim que o assunto do museu fosse a História e não ele próprio.

(...)

Na semana passada, porém, fui / fomos surpreendidos com a notícia que a DGPC validava a destruição (tenho empenho em utilizar este termo, porque os registos detalhados do templo de Palmira, destruído pela ofensiva do Estado Islâmico) de uma parte importante do que intervenção arqueológica que precedia o projeto de musealização tinha descoberto.

(...)

Paradoxalmente, foi essa autorização, que ainda há tempo de reverter, a detonadora da revelação das descobertas recentes. E elas eram extraordinárias, como se veio a saber. Por debaixo da quadra meridional do claustro quase ao mesmo nível da rua e da imensa obra do aterro medieval que sustenta a esplanada onde foi construído o

¹⁹ Silva, 2017: 130-132

claustro, dormia uma parte importante do complexo da mesquita aljama, com oito compartimentos identificados, o arranque das escadas de acesso à almenara (minarete) quadrangular, como em todos os do Islão ocidental, e uns banhos (hammam), em associação à mesquita, onde permanecem intactos os bancos de alvenaria que serviam os fiéis. Na verdade, falta apenas o oratório e o pátio das abluções, sobre os quais foi construída, como sabemos, a sé cristã, para completar todos os elementos clássicos (...) que compõem uma mesquita.

(...)

Por tudo isto, Lisboa precisa destas estruturas. Aliás, esperava-as há muito. Porque convocam a nossa história como nenhuma outra até hoje. Porque nos restituem à complexidade originária que é o mais fundo da nossa identidade. Destruí-las seria um crime patrimonial impensável. Assim, não tenho dúvidas de que a DGPC saberá assumir o papel que é estatutariamente o seu, por si e através do Ministério da Cultura que a tutela”.

No início de outubro de 2020, um grupo de professores universitários da área de arqueologia (do qual eu próprio fiz parte) entendeu por bem tomar posição pública quanto a esta matéria:

“Os professores universitários na área da arqueologia entenderam, através do presente comunicado, tomar posição relativamente às notícias que têm vindo a lume relativamente a achados de época medieval islâmica surgidos no âmbito do projecto de valorização da Sé de Lisboa.

Por um lado, cumpre-nos sublinhar que os dados conhecidos até ao momento são inequívocos relativamente à excepcionalidade científica e patrimonial dos achados, tratando-se de estruturas associadas ao complexo da mesquita maior da cidade de Lisboa em época islâmica, singulares no contexto nacional e relativamente raros no panorama europeu. De resto, já há anos que se conheciam vestígios deste período no claustro da Sé, não tendo, contudo, à época sido possível interpretá-los cabalmente. As imagens divulgadas até ao momento mostram vários compartimentos de grande monumentalidade, ocupando uma área e com um grau de preservação assinaláveis, tornando imperiosa a sua conservação e desejável a sua valorização.

Por outro lado, é impensável que um projecto de valorização de um momento classificado da importância nacional como é a Sé de Lisboa destrua as suas preexistências. Em Portugal afirmou-se globalmente nos últimos anos o princípio da conservação pelo registo, em que se os achados arqueológicos são sistematicamente eliminados em operações de reabilitação urbana, de saneamento, ou da construção de equipamentos públicos, num equilíbrio sempre frágil entre a preservação do passado e as necessidades prementes do presente. No entanto, o caso presente é o de um projecto de valorização patrimonial, pelo que é paradoxal a eliminação de estruturas deste valor. É de rejeitar em absoluto a ideia de deslocalização dos vestígios, uma prática abandonada há muitas décadas pelas mais elementares normas internacionais. Não é

igualmente sustentável que a preservação dos vestígios ponha em causa a integridade da Sé, tendo a engenharia mostrado, em vários pontos da Europa, as possibilidades de compatibilização em situações idênticas à presente. Em todo o caso, não sendo possível a valorização, é sempre viável o seu aterro, regressando-se à situação prévia à deste projecto garantindo, deste modo, a preservação destes achados singulares para gerações vindouras.

A academia está aliás, como sempre esteve, disponível para ajudar a encontrar as melhores soluções”.

Seguiu-se, em 9.10.2020, uma visita às escavações da Sé de Lisboa. Um percurso e uma explicação direccionado aos professores de Arqueologia das Faculdades de Letras (UL) e de Ciências Sociais e Humanas (UNL). Detalharam todo o processo João Carlos Santos (Subdiretor da DGPC) e as responsáveis pela escavação, Alexandra Gaspar e Ana Gomes.

Em meados de outubro, a Ministra da Cultura dava “orientações para que a proposta arquitetónica do núcleo museológico seja adaptada no sentido da sua salvaguarda e valorização 'in situ' dos vestígios encontrados”.

Chegados a este ponto temos em presença os seguintes elementos objetivos:

1. A necessidade de, com a maior brevidade possível, se concluir a obra e de se encerrar um processo que já vai em 31 anos;
2. Que se encontre forma de salvaguardar os vestígios encontrados.

O nível de decisão é, simultaneamente, do foro técnico e político. Há matérias relacionados com aspetos técnicos da obra (nomeadamente ao nível do projeto de estabilidade que não estou habilitado a abordar). E há opções que caberá à tutela definir. Mas há também questões que devem ser clarificadas, do ponto de vista da arqueologia e no que à preservação dos achados diz respeito. É com base nos relatórios, nas notas técnicas e nas visitas ao local que avanço, de seguida, algumas conclusões e recomendações.

Conclusões e recomendações

Vale a pena citar o mais recente relatório de progresso, no qual se propõe “o abandono do museu enterrado e o eventual prolongamento da laje existente até à parede sul e a eventual ligação entre os dois passadiços previstos no projeto (...)”. Tanto quanto se infere pela citação ao exemplo de Santa Eulália de Mérida sugere-se a criação de um percurso de visita em cripta, o que vai de encontro a intenções repetidamente

formuladas. Ou seja, há uma modificação do que eram as expectativas quando a presente obra teve o seu início. Propõem agora as arqueólogas uma solução mista, de visita às escavações em cripta, por um lado, de instalação de um núcleo museológico noutra sítio, por outro.

Deixo de parte considerandos sobre a morosidade de todo este processo, sobre os avanços e recuos e sobre as várias indefinições, que deverão ser motivo para uma necessária reflexão autónoma. Tive em consideração tanto os custos inerentes à interrupção da obra, como todos os que decorrerão de novas alterações ao projeto, que poderão implicar novas clarificações do ponto de vista arqueológico e novos e imprevisíveis atrasos na conclusão deste processo. De concreto, ante a interrupção da obra e a necessidade de tomar decisões, apresento à D.G.P.C. as seguintes conclusões e recomendações:

1. Os vestígios em presença, e no que ao período islâmico diz respeito, são relevantes e constituem elementos de grande importância para a compreensão da história de Lisboa;
2. Independentemente das dúvidas quanto à interpretação das funções das estruturas e espaços identificados, a sua dimensão e monumentalidade desaconselham completamente qualquer forma de destruição;
3. Não me parece, por exemplo, aceitável o corte previsto no arco do compartimento 3 (nota técnica 4, página 10 – agosto.2019) ou a supressão de estruturas nos compartimentos 3, 6 e 8 – nota técnica 13, página 15 – setembro.2020);
4. Ou seja, não faz sentido que se conceba um projeto de valorização de estruturas arqueológicas que implique, depois, o sacrifício e destruição dessas mesmas estruturas;
5. Deverão, portanto, ser desenvolvidos os necessários procedimentos de forma a preservar a memória arqueológico do sítio, em termos futuros.

Nesse sentido, considero pertinente que sejam tomadas as seguintes medidas:

1. Deverá procurar-se, e tomando como tópico fundamental a preservação das estruturas acima mencionada, compatibilizar o que for possível em termos de percurso de visita, de forma a tirar partido do que se identificou;
2. Caso se revele existir uma incompatibilidade entre o projeto de arquitetura previsto e a preservação das estruturas arqueológicas, tornando inviável a

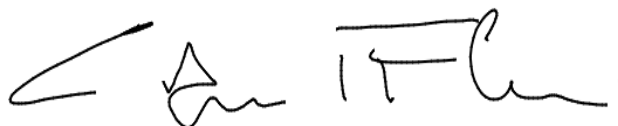
construção de um percurso de visita, deverá considerar-se o abandono desta última componente;

3. Ou seja, deverá, nesta fase de decisões, partir-se da arqueologia para o projeto e não o contrário²⁰. Havendo risco de as obras em curso (ou previstas) poderem interferir com as estruturas arqueológicas, danificando-as, deverá optar-se pela cobertura integral do que tem vindo a ser escavado, garantindo a sua completa preservação;
4. Trata-se de uma opção que está longe de ser inédita. Em tempos recentes, foi posta em prática na proteção do Castelo da Lousa, submerso pelas águas da Barragem de Alqueva em 2002, e nas estruturas do mausoléu da Antiguidade Tardia, em Mértola, em 2009. Ambos os monumentos foram totalmente cobertos, estão devidamente salvaguardados e preparados para uma futura valorização.

Acessoriamente, penso que seria importante tomar as seguintes medidas:

5. Estabelecimento de um plano e cronograma tendo em vista a conclusão das escavações arqueológicas, que vão no seu 31.º ano;
6. Estabelecimento de um plano tendo em vista a publicação da memória das escavações;
7. E, finalmente, e com carácter de urgência, o registo sistemático dos grafitos qu acima referi, caso tal processo não tenha sido já espoletado.

Lisboa, 10 de janeiro de 2020



/ Santiago Augusto Ferreira Macias /

²⁰ Faço questão de frisar que não estou a fazer qualquer comentário e/ou avaliação quanto a situações passadas.

BIBLIOGRAFIA

Arancibia Román,, Ana (et al.), 2013

El hammam del Museo Picasso de Málaga in “Mainake”, vol. XXXIV, Málaga, Diputación de Málaga, p. 145-162

Caballero Zoreda, Luis (coord.), 2007

Iglesia del ex-convento de Santa Clara de Córdoba. Estudio de arqueología de la arquitectura del Convento de Santa Clara de Córdoba, s.l., Fundación CajaMadrid /Consejo Superior de Investigaciones Científicas

El Khammar, Abdelatif, 2005

Mosquées et oratoires de Meknès (IXe –XVIIIe SIECLES): géographie religieuse, architecture et problème de la qibla, Thèse de Doctorat en Histoire, Université Lumière – Lyon II

Fournier, Caroline, 2016

Les bains d'al-Andalus. VIIIe-XVe siècle, Rennes, Presses Universitaires de Rennes

Gaspar, Alexandra; Gomes, Ana, 2016

Ocupação medieval na Sé de Lisboa in “Lisboa Medieval – gentes, espaços e poderes” (coord. de João Luís Inglês Fontes et al.), Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, p. 113-128

Labarta, Ana; Barceló, Carmen, 1987

Inscripciones árabes portuguesas. Situación actual in “Al-Qantara”, VIII, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 395-420

Lévi-Provençal, Évariste (trad. e notas), 2001

Séville musulmane au début du XIIe siècle. Le traité d'Ibn 'Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers, Paris, Maisonneuve & Larose

Macias, Santiago, 2005

La kura de Beja et le territoire de Mértola entre l'Antiquité Tardive et la Reconquête Chrétienne, vol. 2, Thèse de Doctorat en Histoire, Université Lumière – Lyon II

Pavón Maldonado, Basilio, 2009

Tratado de arquitectura hispanomusulmana. IV – Mezquitas, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas

Silva, Manuel Fialho, 2017

Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis, Dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade de Lisboa

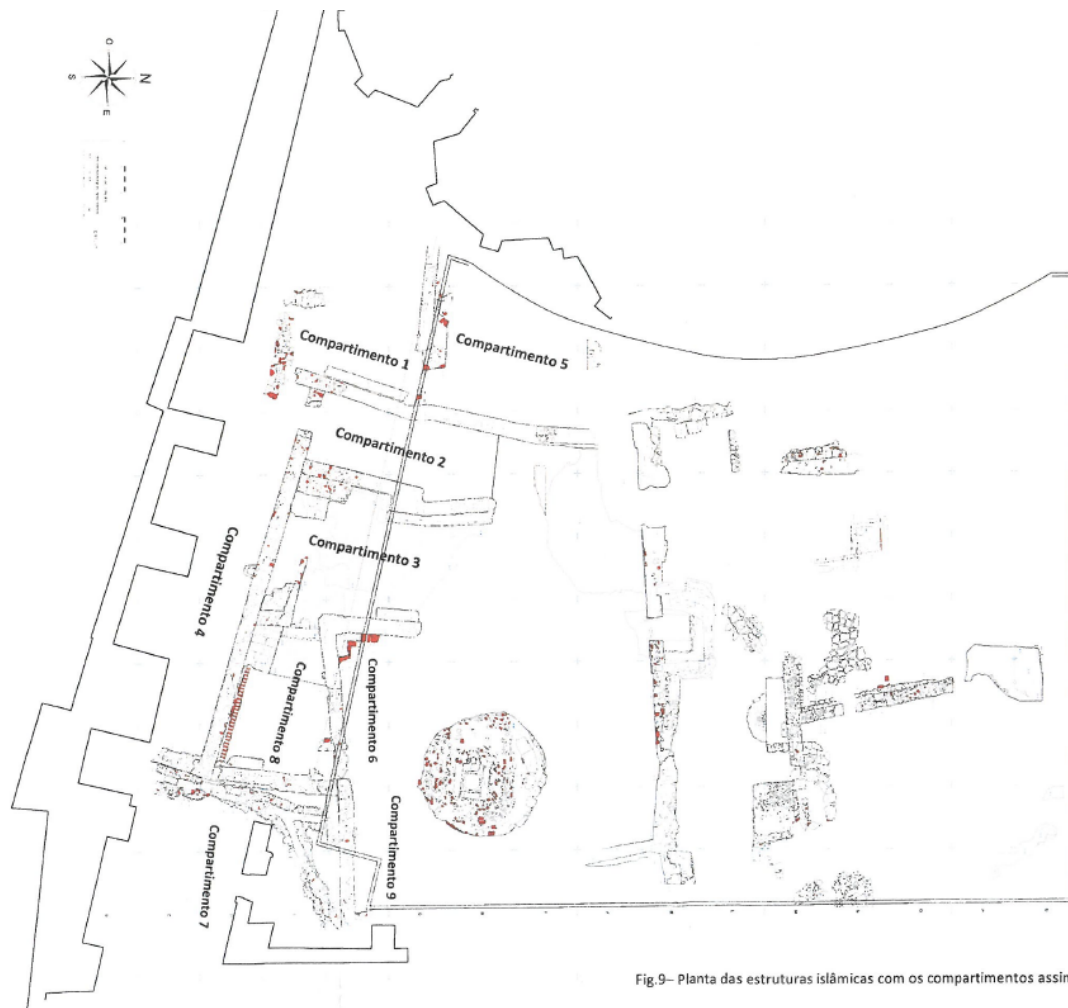


Fig.9– Planta das estruturas islâmicas com os compartimentos assinalados